

# **A SUCESSÃO DA PROPRIEDADE RURAL ENTRE PRODUTORES DO NÚCLEO FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE CAMPOS GERAIS- MG**

*DENISON FERREIRA DA SILVA  
PROFA.DR.MARIA LÚCIA RIBEIRO  
PROF.DR. HENRIQUE CARMONA DUVAL*

## **RESUMO**

Este trabalho tem como aspecto principal o tema da hereditariedade e da sucessão no meio rural. Entre os dez produtores rurais de núcleo familiar do município de Campos Gerais/MG, sendo cinco da comunidade da Capoeirinha e cinco da comunidade dos Dois Paus, busca-se entender como se processou essa transição até os proprietários atuais e quais as justificativas dos futuros herdeiros em continuar na atividade de agricultura familiar. Como o município dispõe de trinta comunidades rurais, na pesquisa serão entrevistadas dez famílias das duas maiores comunidades rurais do município. A seleção de cinco propriedades em cada localidade é devido aos aspectos e características relevantes para a pesquisa como similaridades e diferenças, condições geográficas de relevo em áreas planas e outras com declive, facilitando ou dificultando a atividade agrícola, influenciando a renda e causando diferenças econômicas entre os atores da pesquisa (agricultores). O trabalho será realizado por meio de investigação bibliográfica e de entrevistas, nos quais as respostas dadas fora do questionário poderão ser consideradas para o enriquecimento de detalhes. O projeto encontra-se no início, portanto a presente comunicação se dará no âmbito do levantamento bibliográfico que está sendo feito sobre as principais questões que envolvem a hereditariedade e a sucessão na agricultura familiar.

**Palavras chaves:** Núcleo familiar; sucessão; hereditariedade.

## **ABSTRACT**

This work has as main feature the theme of inheritance and succession in rural areas. Among the ten farmers' household in the municipality of Campos Gerais / MG, five families of community of Capoeirinha and five families of community of Dois Paus, we seek to understand how it has processed this transition to the present owners and which the justifications of future heirs continue family farming activity. As the city has thirty rural communities, research will be interviewed ten families of the two largest municipal rural communities (five each). Selecting a property in each location is due to the aspects and characteristics relevant to the search as similarities and differences, geographic relief in flat areas and others with slope, facilitating or hindering agricultural activity, influencing income and causing economic differences the actors of the research (farmers). Work will be performed through literature research and interviews, in which the answers out of the questionnaire may be considered for the details of enrichment. The project is at the beginning, so this Communication will be made in the literature that is being done on the main issues involving inheritance and succession in family farming.

**Key words:** family nucleus; succession; heredity.

## **1 INTRODUÇÃO**

O declínio da população rural aparece em dados analisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE; 2012) apresentando um corte de tempo de doze anos 2001-2012; a população rural que era de 16,20% diminuiu para 15,17%. Observando este mesmo corte de tempo, a população urbana apresenta um crescimento de 83,88% em 2001 para 84,83% em 2012. Essa tendência no panorama estatístico vem ocorrendo também no estado de Minas Gerais com a progressão dos moradores urbanos de 83,4% para 84,5%, à medida que houve um recuo de 16,6% para 15,5% da população jovem rural no mesmo período.

Esta queda pode ser atribuída ao possível processo da hereditariedade no campo, verificando a transmissão da propriedade desde sua posse, assim como o recebimento por herança verificando a sucessão hereditária e sua fragmentação como observa Carneiro (2001, p.22-55):

As questões relativas à transmissão da herança podem ser resolvidas, por um lado, no sentido de conduzir à fragmentação do patrimônio familiar e à inviabilidade da manutenção da unidade de produção, e por outro podem atuar no sentido de favorecer a integridade do patrimônio.

À medida que os herdeiros dos atuais produtores aumentam o seu grau de educação, maior é a tendência de não permanecer como produtores. Outro fator é que os pequenos proprietários idosos antes de falecer transmitem a propriedade para os filhos ou porque irão vender as terras, e os filhos vão sustentá-lo ou viver da aposentadoria. Essa é uma hipótese para o destino das pequenas propriedades rurais. Na posse dos filhos, o que eles pensam da sucessão e que decisões estão tomando? Neste contexto, o presente trabalho pretende analisar os processos de sucessão entre produtores rurais do núcleo familiar de Campos Gerais e elaborar um inventário do processo dessa transição desde o início dos núcleos familiares até os proprietários atuais, avaliando também as justificativas dos futuros herdeiros em continuar na atividade rural, já que o IBGE aponta uma tendência de queda da população rural.

## **2 JUSTIFICATIVA**

Um dado significativo sobre o declínio da população rural foi obtido no último censo agropecuário de 2006, apontando que o território brasileiro tem 5,2 milhões de estabelecimentos rurais e cerca de 29% foram obtidos por herança familiar (IBGE, 2006).

O motivo desse resultado implica na necessidade de um debate sobre os sucessores nas famílias dos produtores rurais, já que os dados apresentados apontam para um possível esvaziamento rural, como indicado por ABRAMOVAY (1992) ao afirmar que o Brasil é

marcado por um lado bem desenvolvido na questão da tecnificação agroindustrial e pelo outro sofre em determinadas regiões com o coronelismo, faltando políticas públicas de estruturação que possam colocar o agricultor familiar em condições de produzir e comercializar seus produtos. Deve-se ressaltar também que as dificuldades de acesso à educação e à saúde têm causado a expulsão dos camponeses para as cidades, buscando trabalho e renda e desestimulando os jovens na continuidade da vida no campo, comprometendo a sucessão geracional.

As tendências em geral para as propriedades familiares são a especialização em uma atividade, diminuir ou partir para extinção, sendo vendidas ou arrendadas. Estes proprietários atingem uma idade elevada e poderiam se aposentar pelos mecanismos do Instituto de Previdência Social, ganhar um salário que talvez sustente mais a família do que a própria atividade econômica. Neste contexto faz-se necessária uma análise mais aprofundada sobre a questão sucessória das pequenas propriedades agrícolas no país, conduzindo em melhor entendimento e incrementando a pouca literatura existente sobre os reais motivos do declínio da população rural.

### **3 OBJETIVOS**

#### ***3.1 Objetivo geral***

Investigar o processo social de hereditariedade dos agricultores com relação à continuidade no campo e o futuro da agricultura familiar em dois núcleos familiares do município de Campos Gerais- MG.

#### ***3.2 Objetivos específicos***

- a) Analisar a questão da continuidade no trabalho do campo por parte da juventude rural em Campos Gerais – MG;
- b) Analisar as diferenças sociais dos agricultores e a questão sucessória nas propriedades selecionadas para o estudo;
- c) Verificar as perspectivas de êxodo rural;
- d) Contribuir com estudos voltados ao processo sucessório, dentro da agricultura de núcleo familiar de Campos Gerais – MG.

### **4 HIPÓTESES**

A investigação ocorreu em torno de quem irá permanecer na propriedade ou possivelmente vendê-la, parcelá-la ou ninguém irá permanecer por fatores a serem analisados. Esses pequenos proprietários que fizeram parte da pesquisa são de composição

diversificada de produção não somente de produção cafeeira, mas também piscicultura, apicultura e composição familiar marcada por filhos dependentes, até mesmo com ensino superior completo.

Neste trabalho três hipóteses foram levantadas:

- a) A sucessão familiar ocorre harmoniosamente onde os agricultores com condições econômicas mais favoráveis garantem sua permanência na propriedade.
- b) Quanto à transmissão patrimonial da propriedade, entre os descendentes, há existência de acordo quanto à partilha.
- c) A depender de situações específicas, a sucessão não ocorre e os descendentes migram do campo para as cidades e as propriedades são vendidas.

## **5 REFERENCIAL TEÓRICO**

### ***5.1 Agricultura familiar no contexto brasileiro***

O termo agricultura familiar remete a grandes discussões na contemporaneidade, entre os diversos setores sociais, como: campo acadêmico, organizações não governamentais e o poder público.

Dentro de sua regulamentação, quanto à agricultura familiar, o Poder Executivo Brasileiro estabeleceu a LEI Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estipulando as diretrizes, conceitos, princípios e instrumentos da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares (BRASIL, 2006).

Convém ressaltar que em se tratando de instrumentos desenvolvimentistas em relação à agricultura familiar dispomos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, com o intuito de estimular a geração de renda e uso da mão de obra familiar, realizado por meio de financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários desenvolvidas em áreas rurais ou áreas comunitárias próximas (BRASIL, 2006).

É pertinente dizer que no interior do campo acadêmico as discussões sobre a agricultura familiar envolve até os aspectos históricos envolvidos na concepção do termo, sob a ótica de valorização da urbanização e redução da importância do pequeno produtor na construção do Brasil, como afirma Altafin (2007 p. 3-4) :

Esse fato fez com que a maioria de nossos livros de História pouco registrasse sobre o papel dos produtores de alimentos na construção do país, sendo o passado contado apenas sob a perspectiva da grande agricultura escravista, monocultora e

de exportação – o ciclo do açúcar, o ciclo da borracha e o ciclo do café exemplificam essa tendência. No entanto, a recente historiografia brasileira tem buscado resgatar o papel do camponês como ator social atuante, identificando suas especificidades e diferentes configurações. Baseado nas pesquisas desses historiadores, focadas especialmente no período colonial e no Império, vamos aqui resumir a importância de cinco “grupos” que estão na origem da nossa agricultura familiar: os índios; os escravos africanos, os mestiços; os brancos não herdeiros; e os imigrantes europeus.

Diante de tal situação a importância da agricultura familiar nunca foi tratada com o devido valor, apesar de sociologicamente o termo não se apresentar como novidade, muito menos em seu estado analítico. Mas nos últimos anos sua abrangência e significado têm apresentado no Brasil ares de novidade e renovação (WANDERLEY, 2001).

É preciso ressaltar que para Abramovay (1998) a agricultura familiar é onde a propriedade, a gestão vem de pessoas que mantém entre si vínculos de sangue ou casamento, e não se trata de um bloco homogêneo pois sofre diferenciações internas a qualquer sociedade mercantil.

Por tudo isso os desafios para manter a unidade familiar não são poucos tendo que se flexibilizar como demonstra Abramovay (1999 p.13):

O principal desafio para que as unidades familiares de produção agropecuária convertam-se na base do desenvolvimento rural está em que elas possam dotar-se dos meios que lhes permitam participar de mercados dinâmicos, competitivos e exigentes em inovações.

Diante dessas considerações, na concepção de Carneiro (1997) a agricultura familiar é jogada em segundo plano há décadas, até mesmo pelo Estado diante de tais situações sua base fundiária que é a pequena propriedade tem sobrevivido mesmo que a maioria dos recursos são disponibilizados para a grande produção e o latifúndio.

Além das especificidades até aqui vistas da agricultura familiar, podemos notar diferenciações na sua organização em comparação à agricultura empresarial. “No estabelecimento dessa comparação, considera-se que a agricultura familiar apresenta uma vinculação entre a gestão e a realização do trabalho pelos membros da família, enquanto na agricultura empresarial ocorre a dissociação entre essas tarefas” (SPANVELLO, 2008 p.37).

Para Brumer (2001) as comparações entre a agricultura familiar e a empresarial ocorrem independente da volatilidade do mercado, pois o agricultor familiar precisa produzir enquanto o capitalista tem as opções para definir no que vai investir o seu capital.

É oportuno frisar que segundo dados das Organizações das Nações Unidas – ONU em 2.030 a população mundial vai chegar a inédita marca de 8,5 bilhões de habitantes, essa super população mundial traz consigo o desafio da manutenção da vida de forma digna do planeta e o desafio de produzir alimentos a esse enorme contingente.

A agricultura familiar pode ser uma alternativa, já que segundo dados do governo brasileiro (Brasil, 2015) a agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos pela população.

## **5.2 Sucessão**

Para Abramovay et al. (1998, p.56) “uma unidade produtiva sem sucessores dificilmente contará com os investimentos em capital, terra e formação necessários ao seu desenvolvimento”.

Os problemas enfrentados na agricultura pela falta de sucessores já se reproduzem em estudos averiguados pelo IBGE (2010) no censo entre os anos de 2000 e 2010, os quais indicam que a população rural diminuiu em 2 milhões de pessoas e, agora, representam 15,6% da população do Brasil.

Uma grande maioria dos descendentes se desloca para as cidades na busca de oportunidades de melhorarem de vida atrás de uma renda assalariada, conforme relata Alves (2006 p.7):

Admite-se que a família tome decisões que visem ao bem-estar de todos os seus membros, embora o chefe de família possa sair perdendo. Viver no meio rural ou na cidade, são duas opções e os prós e os contras são devidamente avaliados. Na decisão de migrar para a cidade, o diferencial de salário, o desconforto do ajuste ao novo estilo de vida, o risco de não encontrar emprego e a violência urbana são devidamente considerados. Contudo, se o diferencial de salário for tentador e as vantagens que as cidades oferecem forem incorporadas a ele, a família corre o risco de migrar.

A continuação sucessória foi analisada por Gasson e Errington (1993) assinalando que o filho herdeiro mora em um determinado lugar separado do pai, gerindo de forma própria a tomada de decisão. Com sua vida financeira resolvida, o jovem assume o posto paterno após a aposentadoria dos pais, como também divide o mesmo teto que o pai e assume definitivamente o posto após o falecimento do mesmo.

Burton e Walford (2005) caracterizam a divisão sucessória em etapas, começando enquanto crianças e a dedicação ao trabalho agrícola é dívida com o tempo dedicado aos estudos. São transmitidas funções de responsabilidades quanto a termos técnicos e passagem de conhecimentos produtivos. Se o pai sai da administração, passa-se a posse ao seu sucessor.

Woortmann (1995) relata que o processo de transmissão do patrimônio familiar trata-se da transferência de bens de pais para filhos e, em especial, a terra através da herança constitui um dos movimentos básicos da agricultura familiar.

Dados da pesquisa de campo, descritos por Spanevello (2008) mostram que será possível delimitar um quadro sobre os prováveis acertos da transmissão do patrimônio

familiar ocorrendo casos de compra de terras para ajudar o filho sucessor. A transferência dessa terra ocorre tardiamente, para demonstrar que não perdeu sua autoridade perante o filho e, a partir do esgotamento da força física dos pais, os mesmos vão se retirando e cedendo o lugar para os filhos tomar conta do estabelecimento.

Pensar em herança na sociedade camponesa resulta no reconhecimento de dois processos que se flexionam: a escolha do sucessor – aquele que assegura a persistência das características inerentes à herança da exploração agrícola e a manutenção do grupo familiar e a divisão dos bens associada ao primeiro diretamente (Carneiro, 2001). Os estabelecimentos não são um conjunto que possui igual natureza e/ou apresenta semelhança de estrutura e, função, possuindo três tipos de unidades familiares: as essencialmente familiares, as que complementam sua força de trabalho com empregados temporários, e as que contratam empregados permanentes utilizando empregados temporários ou não conhecidos como empresas familiares (KAGEYAMA E BERGAMASCO, 1989).

A respeito das unidades familiares, por meio do raciocínio lógico, Navarro e Pedroso (2014) discutem que o que existe são pequenos produtores analisando criticamente a expressão agricultura familiar, enfocando na existência de estabelecimentos rurais de menor porte. O uso destes argumentos indica que a expressão tinha por atender um propósito inicial que foi lentamente se desfazendo, atendendo menos as necessidades das famílias rurais e mais a outros interesses, alicerçando no esvaziamento rural.

### 5.2.1 A sucessão e suas especificidades

Trataremos nesse item as particularidades da sucessão como a problemática que envolve uma parte do contexto transitório geracional. Sabemos da importância que a pequena propriedade exerce no funcionamento harmônico rural, envolvendo uma tradição familiar de enraizamento na terra, a preparação da passagem dos negócios aos herdeiros é de grande dificuldade e também pode ser frustrante, como afirma LONGENECKER et al. (1997).

Os conflitos na hora da sucessão são os piores, pois sempre são expostos problemas conjunturais de muitos anos, a sucessão é determinada por um longo prazo de acordo com a preparação que os pais deram aos filhos na relação de riqueza e poder (LODI, 1993).

A prática de negociação exercida dentro da família nem sempre obtém êxito por mais que habilidosa que a pessoa for, pois sempre existirão muitas emoções envolvidas podendo dissolver o mais robusto dos empreendimentos familiares (LESSA, 2003).

Ainda Lessa (2003), tem visão de uma competição entre os membros familiares, sua interferência na gestão da propriedade tira completamente fora do eixo com a opinião de

familiares e de pessoas próximas. Os pais se mostram desconfiados com a capacidade dos filhos de gerenciar a propriedade tornando pouco favorável à continuidade.

Essa prática de transferir a liderança de uma geração à outra é cercada de paradigmas devido a mudanças de cultura entre gerações. Contudo, forçosamente o rompimento é realizado conforme o modelo paternalista e os filhos possivelmente enfraquecem a cultura da família patriarcal, que sempre sugere que o pai sabe mais que o filho (Longenecker et al., 1997).

Atualmente no Brasil, fecha-se ou divide-se em diversas empresas rurais familiares justificadas pela incapacidade da estabilização de relações, já que a profissionalização da gestão é cada vez mais recente e a introdução de normas e regras auxilia bastante na sobrevivência da empresa. A família tem que ser comprometida com a continuidade dos negócios, pois a falta de conduta familiar colocará o futuro em risco com apenas pequenos desentendimentos para começar seu processo de fratura. Os herdeiros precisam de uma preparação precoce, se interar da organização antecipando e planejando sua carreira como ponto de partida (Lessa, 2003).

Conforme Abramovay (1998), a formação de novos jovens agricultores é um processo que envolve componentes como: a transferência de patrimônio; a continuação paterna na atividade profissional do campo; a saída das gerações mais velhas da gestão patrimonial. Ao que tudo indica, quanto mais rápido houver algum tipo de planejamento que possa passar a segurança necessária de uma maneira específica que cuide com toda atenção possível do processo de sucessão geracional melhor, pois até o dado momento as preocupações estão cada vez mais explicitadas através de novos estudos e análises divulgados periodicamente.

### ***5.3 O futuro da propriedade rural***

Em se tratando do futuro das perspectivas de sucessão para a garantia da existência da propriedade não há preocupação por parte de muitas lideranças rurais, empreendedores rurais, sindicatos e associações, visto que este processo sucessório envolve o patrimônio familiar, a continuidade do trabalho do pai a partir do seu ciclo natural de esgotamento físico (SPANVELLO, 2008).

O motivo de tornar-se herdeiro atualmente não atrai a satisfação pessoal como foi verificada por Tedesco (2001) em afirmação resguardada pela introdução da máquina nos processos de produção redesenhando na forma de viver e manutenção de relacionamento o que não é sinônimo de ruptura da estrutura familiar.



Tratando da sucessão no comando das propriedades rurais, a preocupação referenciada à agricultura familiar segundo Comassetto (2012 p.111-119) é a de que:

Um estudo desenvolvido por Abramovay e Camarano ainda em 1999 diagnosticou que, apesar de desfrutar dos recursos da modernidade, o meio rural brasileiro está envelhecendo e masculinizando, pondo em risco, sobretudo, o futuro das pequenas propriedades. Conforme os autores, já naquela ocasião, a maioria dos agricultores tinha mais de 55 anos, baixa escolaridade, dificuldade de produzir renda regular e aderir às novas tecnologias, pelo fato de os jovens, mais afetos às informações e às transformações advindas da globalização, são seduzidos pelos atrativos urbanos e, principalmente a partir do momento em que deixam o campo para estudar, acabam trilhando caminhos diferentes do de seus pais. Raros são os que retornam para dar continuidade aos negócios da família.

As propriedades rurais, em destaque as pequenas, sofrem com o risco de extinção uma vez que as velocidades das mudanças de processos sociais e econômicos estão cada vez mais aceleradas como apontado por De Mera e Netto, (2014 p. 759):

Algumas razões são apontadas como causas da diminuição da população no meio rural. O estudo proposto na abordagem de Todaro (1979) aponta fatores econômicos e não econômicos como causadores desta problemática, pois considera a mobilidade um meio de ajustamento propício para o mercado de trabalho, explicado no pensamento marshalliano, decorrente da existência de economias de aglomeração.

As formas de transmissão da propriedade mudam de acordo com os instrumentos de compensação e negociação disponíveis (CARNEIRO, 2001).

O processo de sucessão familiar não parte de um planejamento bem realizado pela família, começando pelo baixo nível educacional dos filhos e pela falta de preparação dos mesmos para assumir a propriedade, conforme Chemin e Ahlert (2010).

Para Silvestro et al. (2001) o processo sucessório vai ocasionar conflitos, na maioria dos casos, partindo da forma de remuneração dos irmãos não contemplados com a propriedade paterna até a questão de viés de gênero que tende acompanhar esses processos.

A lei impõe dificuldades quanto à sucessão. Como foi analisado por Chemin e Ahlert (2010) não se ocupa com a avaliação da realidade da atividade econômica, o fator da subsistência depende deste patrimônio, e sim procura definir se a propriedade tem um ou mais herdeiros inviabilizando uma sucessão no aspecto da lei.

Abramovay et al. (2003) alega uma inexistência de um padrão sucessório alternativo definido e legitimado pelos membros da família, geralmente os jovens não apresentam interesses em reproduzir os pais gerando conflitos ainda maiores na sucessão que segue sem um planejamento adequado por parte da maioria das famílias quanto a definição do sucessor da propriedade e da remuneração dos irmãos não sucessores com tendência a excluir as filhas do processo sucessório. Na questão do envelhecimento volta a um processo centralizado de masculinização da juventude, com um número maior de moças abandonando o campo em

relação aos rapazes ligado às oportunidades de mercado de trabalho urbano em contrapartida da vida subalterna que as moças têm no campo Camarano e Abramovay (1998).

O jovem é influenciado por vários determinantes na sua escolha profissional, dos quais os mais relevantes são suas expectativas de geração de renda na unidade paterna, que provavelmente no mercado assalariado asseguram que possam ter uma renda mais satisfatória (SILVESTRO et al. 2001).

O controle da propriedade não apresenta um ponto de vista comum entre pais e filhos, apesar de que na maioria das unidades produtivas capitalizadas apresenta um diálogo maior entre pais e filhos, com a participação mais efetiva dos jovens determinada pela natureza das atividades.

Segundo Carneiro (1998) a juventude rural é afetada pelas mudanças e pelas crises econômicas para permanência no espaço rural. As identidades locais não são mais sustentadas pela homogeneidade de padrões culturais estabelecidos e, sim, baseadas na diversidade e na maneira específica de combinar práticas de valores originários de universos culturais diferentes, o que identifica como rurbanização.

Para Brumer et al. (2004) jovens mulheres não apresentam tanto interesse em permanecer no meio rural pela maneira diferente que rapazes e moças são socializados no trabalho agrícola, e o acesso às responsabilidades relativas à unidade produtiva, à uma renda própria e à herança da terra.

Duqué e Souza (2002) analisam a sucessão geracional observando os aspectos que influenciam os filhos na hora do jovem decidir entre assumir e permanecer no trabalho agrícola ou partir para outra atividade. Ressalta-se que além do fator econômico, os laços afetivos e a pressão familiar têm importância fundamental no momento de decidir ou não o trabalho agrícola.

A falta de sucessores pode gerar uma crise social na agricultura familiar, na medida em que os filhos dos agricultores não podem ou não querem exercer a mesma atividade dos pais. Para Siqueira (2004), o comportamento da juventude é praticamente igual por haver certo preconceito na recusa do estilo de vida rural temendo a invisibilidade social Weisheimer (2013).

Portanto a continuidade da propriedade pode ser analisada pelos fatores vistos anteriormente e a permanência do sucessor na atividade rural vai variar de acordo com estímulos de políticas públicas, dentre outras, como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) auxiliando

em aportes financeiros, a comercialização e buscando tornar o jovem agricultor cada vez mais pluriativo.

### 5.3.1 Tendências dos proprietários

As dificuldades encontradas no campo econômico além da falta de perspectivas moldam uma conjuntura de saída gradativa do interesse de ficar trabalhando no campo em uma nova etapa da história agrícola brasileira Buainain et al. (2013).

Porém, há outro ponto de vista que foi apresentado por Del Grossi et. al (2001) indicando que em meados dos anos 90 em diante o cenário do êxodo rural se tornou diferente em relação à década anterior, pois perdeu força e a população rural voltou a crescer graças a um conjunto de fatores como:

- a) Crescimento vertiginoso das ocupações rurais não agrícolas;
- b) Crescimento acelerado dos desempregados rurais;
- c) Estabilidade dos aposentados rurais;
- d) Recuperação da ocupação agrícola.

O meio rural não possui somente características voltadas à agricultura; um percentual importante recorre às atividades não agrícolas esta nova maneira de mistura das práticas agrícolas com as não agrícolas e definido como pluriatividade, segundo Teixeira (1998) compondo uma importante estratégia de reprodução. Com isso, melhorando as condições de permanência dos pequenos agricultores e de sua reprodução social.

Para Brumer et al. (2000), a organização do trabalho familiar e a maneira que a renda é distribuída por todos membros da mesma (família) exerce poder sobre outrem na possibilidade de fixação do jovem no campo.

Os principais problemas enfrentados pela sucessão são descritos por Juchem et al. (2008), o qual revela que as organizações de base familiar se originaram do forte espírito e visão empreendedora dos seus fundadores, e a organização da propriedade é estruturada na base familiar considerada pelos fundadores como uma extensão da família para garantir a existência tanto da propriedade quanto da família.

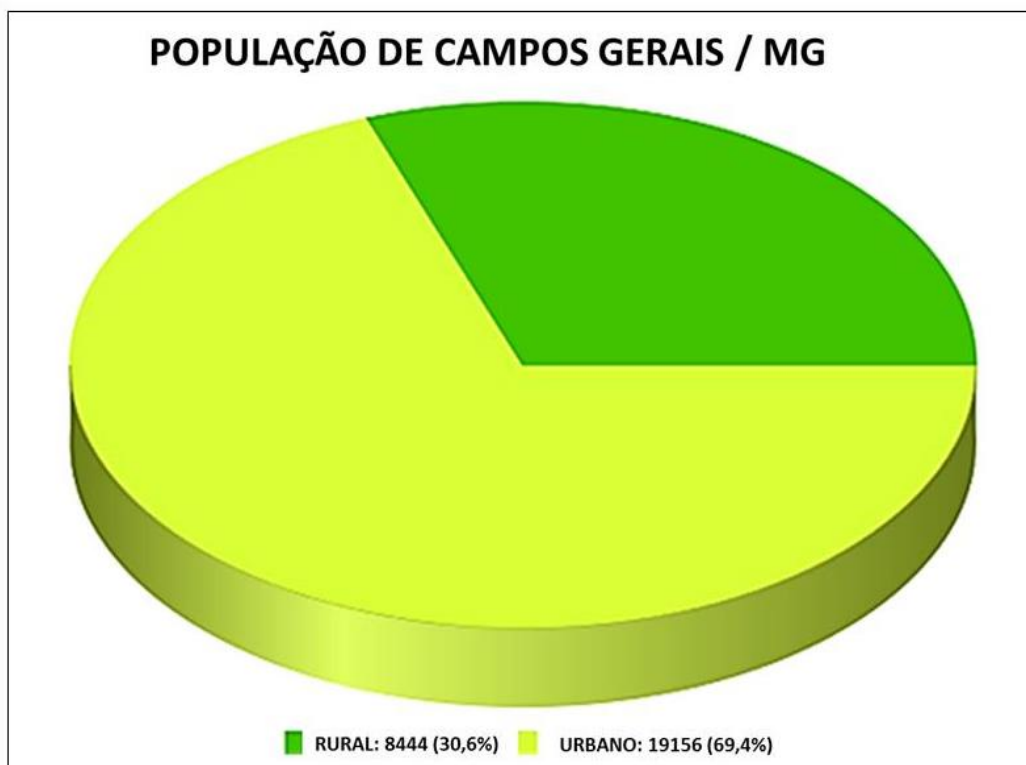
## **6 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

### ***6.1 Espaço e Sujeitos da Pesquisa***

Os sujeitos da pesquisa foram 5 produtores de núcleo familiar de 2 comunidades rurais do Núcleo Familiar de Campos Gerias-MG, onde vivem aproximadamente 3620 famílias (SECRETARIA DA AGRICULTURA, 2004). A escolha deste universo empírico de pesquisa é justificada pela população rural do município ser formada por cerca de 8444

habitantes ou seja 30,6% do total de habitantes do município, segundo IBGE censo 2010 (Figura 1). O município apresenta uma área territorial de 769,504 Km<sup>2</sup>, com cerca de 2000 km de estradas vicinais e galhos de estradas com 5000 propriedades segundo a Secretaria de Agricultura da municipalidade.

**Figura 1:** População de Campos Gerais



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

### 6.1.1 Município de Campos Gerais

O Estado de Minas Gerais é dividido em 12 mesorregiões, o que contribui na elaboração de políticas públicas e no subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. Esta divisão em mesorregiões também fornece informações importantes para estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais.

Segundo o IBGE, as mesorregiões estabelecidas para Minas Gerais são as seguintes: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata, conforme pode ser visualizado na Figura 2. Cada mesorregião é por sua vez subdividida em microrregiões. O município de Campos Gerais está localizado na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas, fazendo parte da microrregião de Varginha ( Figura 3) juntamente com os municípios: Boa

Esperança, Campanha, Campo do Meio, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Elói Mendes, Guapé, Ilicínea, Monsenhor Paulo, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Thomé das Letras, Três Corações, Três Pontas e Varginha.

O município de Campos Gerais, localizado na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas e na microrregião de Varginha, teve sua fundação no ano de 1827, em que duas famílias (Soares e Martins) discutiam intensamente as disputas territoriais, pois ambas as fazendas das famílias possuíam muitos escravos onde surgiu o núcleo populacional.

As fazendas tinham a delimitação onde hoje é conhecido como Córrego da Divisa, em que ambas as partes concordaram em construir uma Capela dedicada à Nossa Senhora do Carmo, em um gesto comunitário que objetivava o socorro espiritual da comunidade para a administração dos sacramentos principalmente os batismos Leford (1989).

Segundo o IBGE (2010), o município possui uma população de aproximadamente 27600 habitantes e suas principais atividades econômicas são o setor agropecuário e prestação de serviços. Como já citado anteriormente, sua população rural é de aproximadamente 1/3 como podemos verificar na Figura 1.

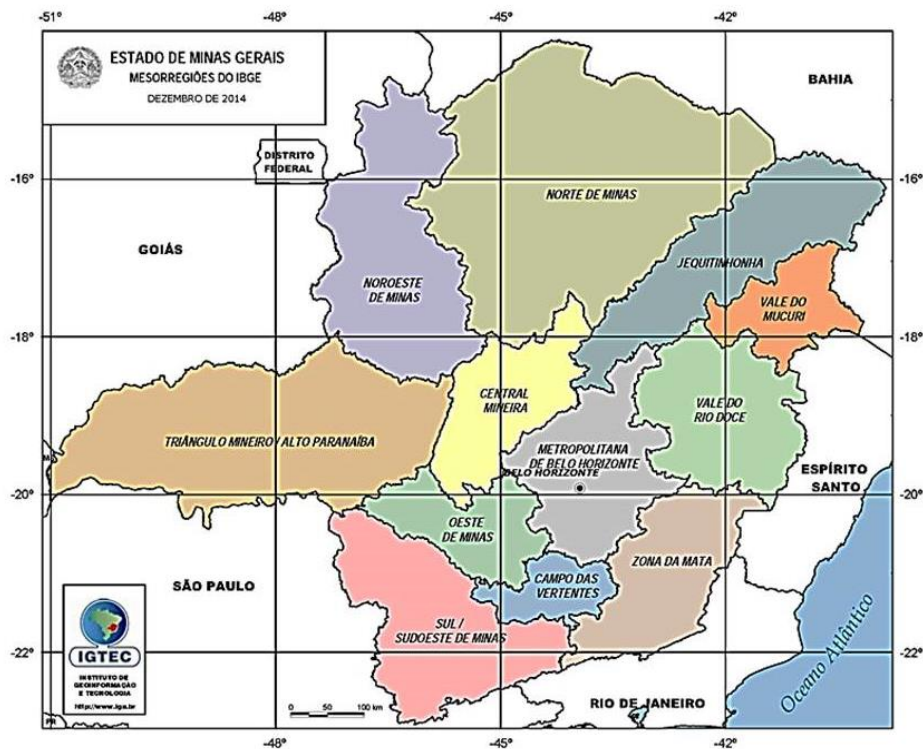
A extensão territorial do município é de 769,504 km<sup>2</sup> e aproximadamente 2000 km de estradas vicinais e galhos de estradas, tornando-se um dos maiores municípios em extensão rural do sul de Minas Gerais, segundo a Secretaria de Agricultura do Município. Os dados da própria secretaria indicam que há cerca de 5000 propriedades, distribuídas em 30 comunidades rurais como: Açude, Barra, Barreiro, Barro Preto, Batatas, Boa Vista dos Campos, Capoeirinha, Cerradão, Cervo, Córrego do Ouro, Descaroçador, Dois Paus, Engenho, Fortaleza, Furnas, Galo, Grama, Grupiara, Guaripu, Imbiruçu, Jaragua, Jataí, Macacos, Macuco, Onça, Paraíso, Pessegueiro, Pinhal I, Pinhal II e Serra onde se situam aproximadamente 3620 famílias Secretaria de Agricultura (2004).

A base econômica do município é o cultivo de café, favorecido pela característica predominante do tipo do solo Latossolo Vermelho Amarelo de textura média e clima subtropical úmido, beneficiando o cultivo em cerca de 20000 hectares. O associativismo rural está presente constituindo 10 associações, 2 Cooperativas e 2 Sindicatos com 7457 membros ao todo.

O declínio da população rural aparece em dados analisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE; 2012) apresentando um corte de tempo de doze anos 2001-2012; a população rural que era de 16,20% diminuiu para 15,17%. Observando este mesmo corte de tempo, a população urbana apresenta um crescimento de 83,88% em 2001 para 84,83% em 2012. Essa tendência no panorama estatístico vem ocorrendo também no estado

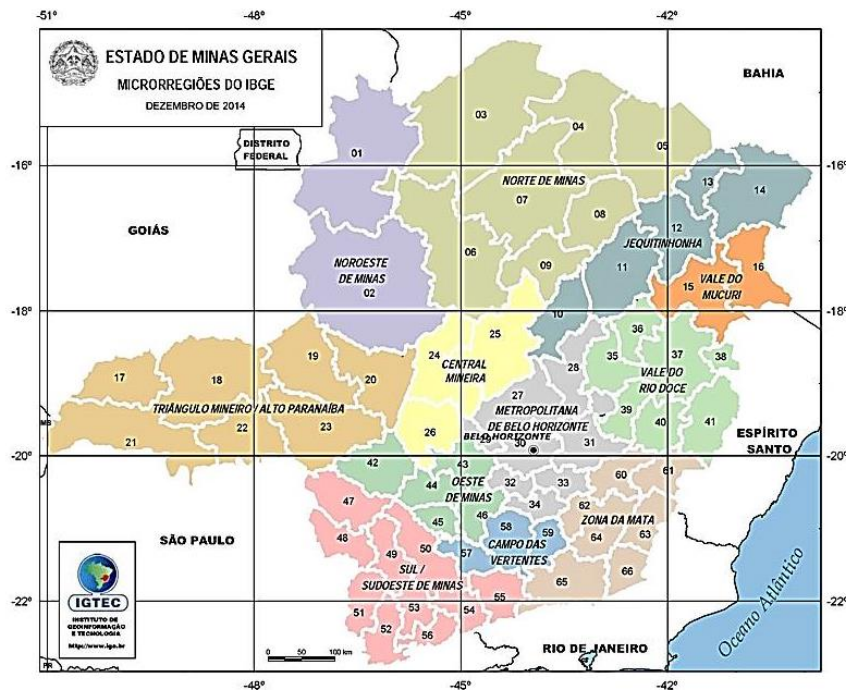
de Minas Gerais com a progressão dos moradores urbanos de 83,4% para 84,5%, à medida que houve um recuo de 16,6% para 15,5% da população jovem rural no mesmo período.

**Figura 2:** Mesorregiões do Estado de Minas Gerais



Fonte: Governo de Minas Gerais, disponível em <https://www.mg.gov.br>, acesso 05 de junho de 2016.

**Figura 3:** Mesorregiões do Estado de Minas Gerais e suas subdivisões em microrregiões. A microrregião de Varginha é representada pelo código 50.



Fonte: Governo de Minas Gerais, disponível em <https://www.mg.gov.br>, acesso 05 de junho de 2016.



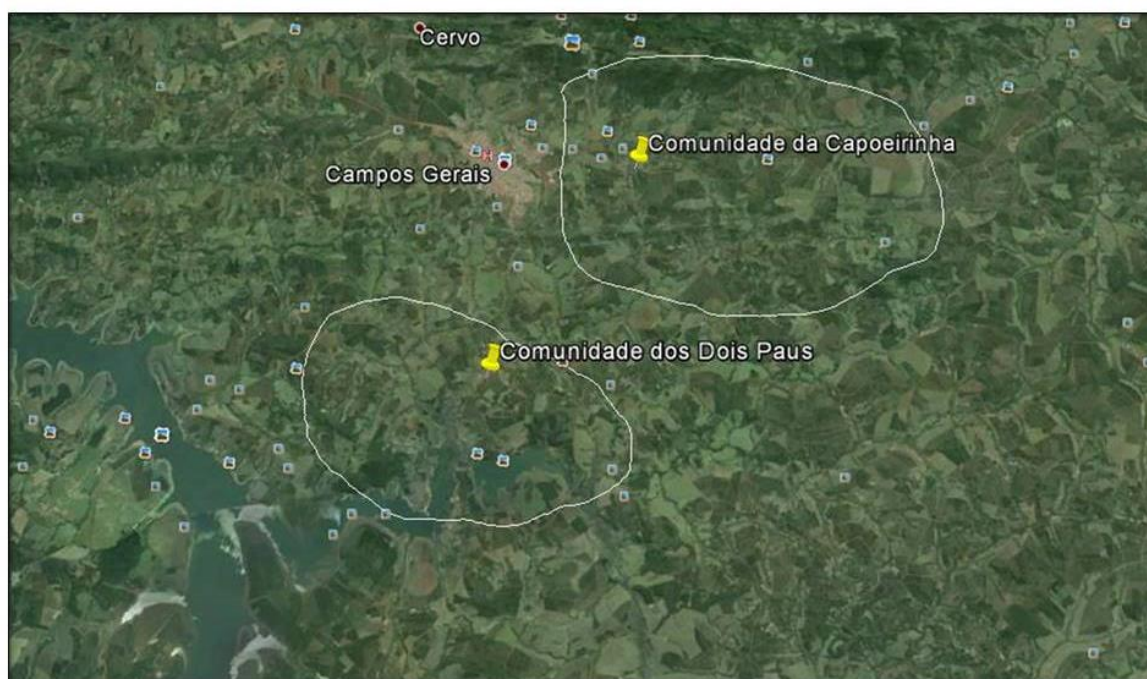
Isoladamente, a região produtora de café do sul do estado de Minas Gerais, compreende a maior do Brasil, concentrando a tradicional produção do café arábica graças à boa altitude e, toda produção é formada por mais de 70% de pequenas propriedades, embora as maiores fazendas do país também façam parte desta área (SINDICAFÉ-MG, 2009).

#### 6.1.2 Núcleos familiares pesquisados

Os núcleos familiares escolhidos para essa pesquisa foram pequenos proprietários das comunidades da Capoeirinha e Dois Paus do município de Campos Gerais (Figura 4).

A procedência da escolha destas localidades se deu devido ter exclusivamente agricultores familiares e possuir uma diversidade produtiva grande e a utilização da mão-de-obra familiar. Além do mais as duas comunidades são as mais populosas do município que segundo a Paróquia Nossa Senhora do Carmo, de Campos Gerais, Diocese de Campanha, possui 250 famílias ao todo (Comunicação pessoal).

**Figura 4:** Delimitação aproximada das comunidades: Capoeirinha e Dois Paus.



Fonte: Google Earth. Data da imagem: 08/0/2015.

As cinco propriedades das duas localidades foram selecionadas devido aos aspectos e características relevantes para a pesquisa como similaridades e diferenças, condições geográficas de relevo em áreas planas e outras com declive facilitando ou dificultando a atividade agrícola, influenciando a renda e causando diferenças econômicas com os atores da pesquisa (agricultores).

#### **6.2 Coleta dos dados**

A abordagem da questão sucessória foi desenvolvida através de entrevista aos proprietários, guiada por entrevista com roteiro dos proprietários (apêndice 1) com perguntas de âmbito qualitativo. A entrevista foi dividida em três blocos abordando os seguintes aspectos: características do núcleo familiar da propriedade; continuidade das atividades agrícolas e transmissão patrimonial. A validação do questionário utilizado na entrevista, foi realizada pela aplicação do mesmo a 3 proprietários rurais não participantes da pesquisa para fins de ajuste.

A coleta de dados nos Núcleos familiares da Capoeirinha e Dois Paus foram realizadas em cerca de quatro semanas sendo utilizada a entrevista com o roteiro.

Há de considerar que o ponto inicial para a chegada aos atores partiu de uma conversa com o vigário paroquial de Campos Gerais, o que permitiu o acesso aos líderes comunitários das duas localidades. O pároco foi extremamente receptivo depois das explicações sobre a pesquisa a ser realizada nas localidades. Os líderes comunitários foram contatados pelo próprio pároco, que explicou o objetivo da pesquisa, portanto os proprietários não tiveram tanta desconfiança na realização das entrevistas.

A seleção das famílias para a aplicação da entrevista foi feita pelo próprio líder local, levando-se em consideração as similaridades e diferenças entre as propriedades e as condições geográficas de relevo das mesmas.

A maioria das entrevistas foram realizadas com o casal e embora as respostas em sua maioria tenham sido dadas pelo chefe de família, a esposa sempre que achava necessário intervia em alguma resposta que o marido dava. Convém observar que o marido sempre achava necessário consultar a esposa, principalmente em questões familiares, mas as esposas mostraram conhecer toda a rotina da propriedade rural. Em muitas coletas as esposas não paravam com os afazeres domésticos, mas davam toda atenção necessária e a intervenção na resposta quando achavam necessárias e nas localidades em que tinham curso superior foram mais participativas nas respostas do que os maridos, demonstrando serem fundamentais para o funcionamento do núcleo familiar. As entrevistas foram gravadas com a autorização e consentimento de ambos.

Cabe ressaltar quem em duas coletas os filhos estavam presentes e fica muito evidente a ligação mais “afetiva” entre a filha e o pai e o filho e a mãe demonstrando até um certo ar de ciúmes em relação a questionamentos sucessórios.

### ***6.3 Análise dos dados obtidos***

Os dados obtidos até o momento foram tabulados e serão apresentados em gráficos para melhor caracterização dos núcleos familiares da propriedades pesquisadas. Serão feitas



análises comparativas entre os proprietários de uma mesma comunidade e após estas análises iniciais, serão comparadas os resultados obtidos nas duas comunidades.

## **7 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### ***7.1 Caracterização da comunidade rural Capoeirinha***

O presente trabalho inicia-se na comunidade rural da Capoeirinha, localidade que fica há cerca de 6 km do município de Campos Gerais. Todo levantamento realizado da comunidade sobre seu contexto de concepção foi baseado exclusivamente em relatos das famílias entrevistadas na localidade, assim como moradores mais antigos da região. Portanto os relatos dos antigos moradores se voltam unicamente a mesma história.

Efetivamente uma ligação forte que a comunidade tem é a respeito da grande religiosidade do povo, onde semanalmente se encontram em uma capela construída e mensalmente ocorrem as missas que é um objeto de encontro comunitário.

Em síntese, a história da formação da comunidade Capoeirinha se dá na primeira metade do século XX através da construção de uma casa do senhor Amaro José da Silva e a esposa Conceição Maria da Silva que se casaram e ficaram na localidade, iniciando a nucleação com nove descendentes diretos. Os moradores antigos relatam que a posse da terra ocorria de acordo com os cercamentos realizados na terra; caso ninguém reivindicasse a posse, permanecia por quem tivesse delimitado a propriedade.

Através da Paróquia Nossa Senhora do Carmo de Campos Gerais, pode-se constatar que a comunidade tem cerca de 110 famílias. Esta é a única fonte obtida, pois nenhum órgão governamental fez este tipo de levantamento até a presente data.

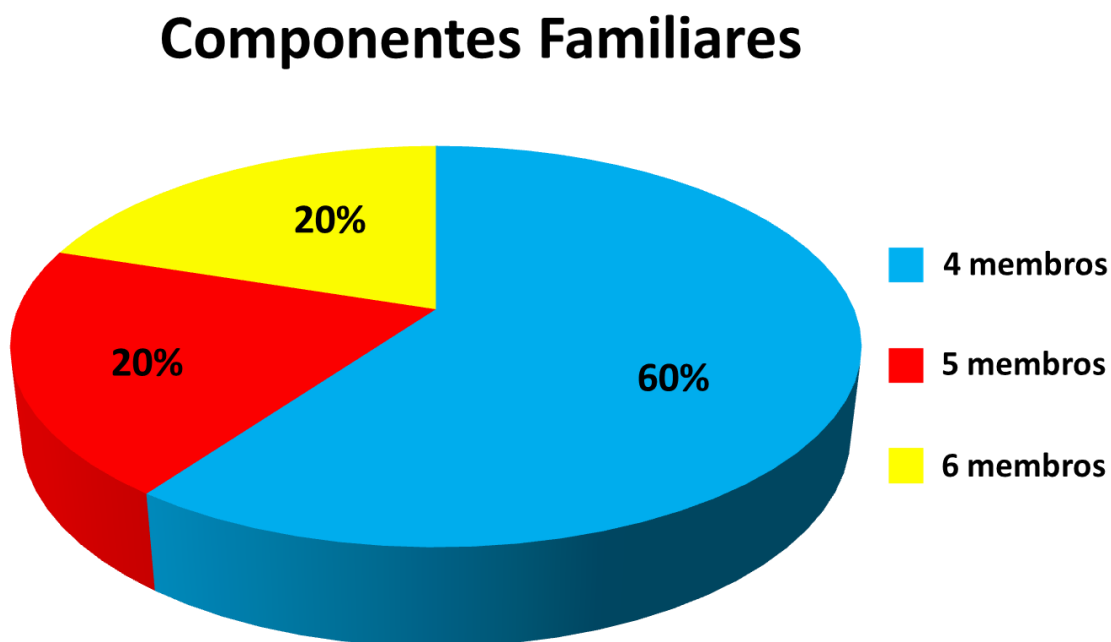
A comunidade da Capoeirinha dispõe de uma Associação Rural com o nome de “Associação de Produtores Rurais da Capoeirinha, Cerradão e Onça”, com a inscrição de CNPJ nº 09.590.146/0001-09 que através de emendas parlamentares adquirem implementos agrícolas para a utilização comunitária (CAMPOS GERAIS, 2014) tais como: Trator modelo 1175-4SR Yanmar, Descascador metálico conjugado ambulante para benefício de café capacidade 20 sacas/ hora instalada sob carreta metálica com dois eixos marca Palini Alves e Plantadeira 03 linhas com rodas marca Baldan.

O sistema produtivo da comunidade tem composição bem diversificada tendo como “carro chefe” a cafeicultura, característica na qual é muito presente na passagem de conhecimento de geração para geração.

#### **7.1.1 Características familiares do Núcleo Familiar da Capoeirinha**

Após as entrevistas realizadas com as cinco famílias do Núcleo Familiar da Capoeirinha, os dados coletados foram tabulados para análise. A primeira análise realizada foi sobre as características familiares. Pode-se observar na figura 5 a composição familiar das cinco famílias pesquisadas, sendo que 60% das famílias possuem até 4 membros, 20% com 5 membros e 20% com 6 membros.

**Figura 5:** Porcentagem de membros das famílias entrevistadas no núcleo familiar da Capoeirinha.



Fonte: autor

Os dados aqui obtidos estão de acordo com os dados de tabulação avançada do CENSO 2000 IBGE, que confirmaram duas tendências das famílias brasileiras que ainda não haviam sido constatadas: a diminuição do tamanho das famílias e o crescimento de famílias sob responsabilidade feminina.

A queda da fecundidade nas últimas duas décadas responde à diminuição do número de componentes familiares de 3,9 pessoas em 1991, para 3,5 em 2000. Já na área rural a queda foi de 4,4 para 4,0 mostrando uma queda maior que a urbana, sendo que nas áreas urbanas a maioria das famílias são formadas com 1 a 4 componentes, enquanto as famílias rurais são formadas respectivamente de 5 a 11 componentes em média (IBGE, 2000). A diminuição da taxa de fecundidade é demonstrada na tabela 1, refletindo na diminuição do número de componentes familiares.

Embora o êxodo rural seja apontado como a maior causa da diminuição da população rural, sendo demonstrado que no final do século XX, em duas décadas (1960-1980) 27

milhões de pessoas deixaram o meio rural, enquanto que entre 1991 e 2000, ocorreu uma saída de aproximadamente 4 milhões de pessoas (BELTRÃO, *et al.*, 2004), a diminuição dos componentes familiares ao se agregar ao êxodo rural pode levar a longo prazo à extinção da agricultura familiar.

**Tabela 1:** Taxas de fecundidade total segundo as Grandes Regiões - 1940/2000

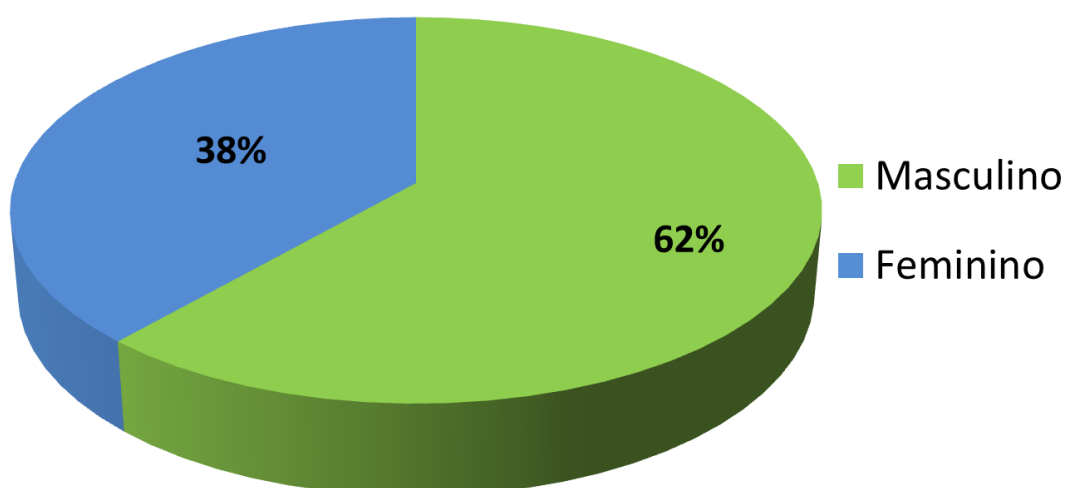
Grandes Regiões	Taxas de fecundidade total						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
<b>Brasil</b>	<b>6,2</b>	<b>6,2</b>	<b>6,3</b>	<b>5,8</b>	<b>4,4</b>	<b>2,9</b>	<b>2,3</b>
Norte.	7,2	8	8,6	8,2	6,4	4,2	3,2
Nordeste....	7,2	7,5	7,4	7,5	6,2	3,7	2,6
Sudeste.....	5,7	5,5	6,3	4,6	3,5	2,4	2,1
Sul.....	5,7	5,7	5,9	5,4	3,6	2,5	2,2
Centro-Oeste.	6,4	6,9	6,7	6,4	4,5	2,7	2,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940-2000.

Neste contexto, a diminuição dos componentes familiares ao longo do tempo poderá levar ao esvaziamento demográfico do meio rural, uma vez que a maioria dos agricultores familiares são filhos de agricultores e produzem, em grande parte, sob a mesma terra que foi de seus pais.

**Figura 6:** Porcentagem de gênero dos sucessores das famílias entrevistadas no núcleo familiar da Capoeirinha.

## Genêro dos Sucessores



Fonte: autor

Outra característica familiar analisada foi o gênero dos sucessores, sendo que na comunidade da Capoeirinha os sucessores das famílias entrevistadas são formados por 62% de gênero masculino enquanto 38% são feminino (Figura 6). O fato de haver mais homens que mulheres confirma se no CENSO 2010, sendo que o município de Campos Gerais é composto por 14.602 indivíduos do sexo masculino (51%) contra 13.561 componentes do sexo feminino, ou seja, 49% do total.

O fato de uma grande maioria masculina não implica na limitação na participação da mulher na propriedade como define Woorthmann (1992), afirmando que as relações internas na família e na comunidade se caracterizam pela complementariedade de gênero.

Outro fator a ser observado, como já descrito anteriormente, é o aumento de famílias sob a responsabilidade feminina (IBGE, 2000). O crescimento das famílias sob responsabilidade feminina pode ser observado no fato que com o montante de 48,2 milhões de famílias no Brasil, 12,8 milhões estão sob a responsabilidade da mulher ou seja, 26,7% (IBGE, 2000). Embora nenhuma família entrevistada tenha a mulher como chefe de família, é importante ressaltar que em todas as famílias entrevistadas a mulher tem papel fundamental na tomada de decisões e conhece a rotina da propriedade rural, muitas vezes participando deste processo diretamente.

Em relação à questão sucessória e o gênero dos sucessores, pode se observar ao longo do tempo que os sucessores são normalmente os filhos homens (CARNEIRO, 2001; SANTOS, 1984; WOORTMANN, 1995). A escolha das mulheres como sucessoras é rara e ocorre em casos em que não há filhos homens (SPANVELLO, 2008). Essa distinção observada tem origem na divisão do trabalho entre homens e mulheres. A agricultura ainda é vista como uma ocupação predominantemente masculina e o trabalho das mulheres na agricultura familiar reconhecido apenas como “ajuda”, sendo parcialmente produtivo (WOORTMANN, 1995).

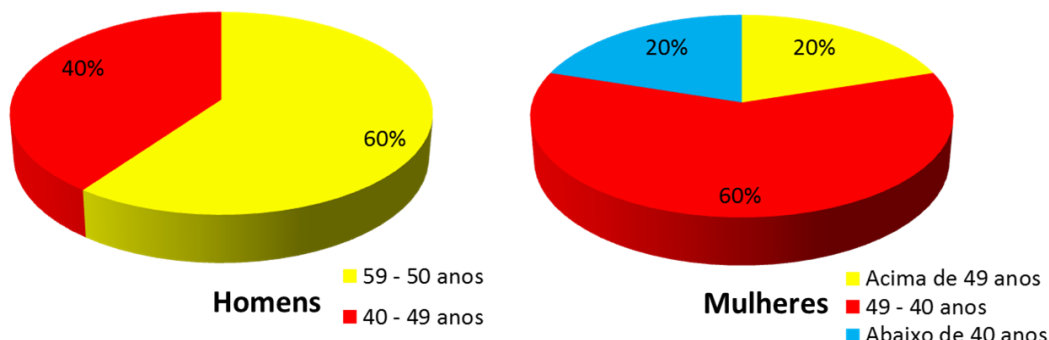
Na verdade, o processo sucessório e, de certa forma, toda a organização do trabalho são enviesados contra a mulher. Nas regiões coloniais em que predomina a agricultura familiar, verifica-se um padrão a respeito da sucessão das propriedades rurais. Esse padrão comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdaram a terra, enquanto que as mulheres se tornam agricultoras por casamento (STRAPASOLAS, 2004, P.254).

A faixa etária dos casais também foi analisada e pode se observar na figura 7 que os homens apresentam idade acima dos 40 anos, sendo que 40% ficam entre os 40 e 49 anos e

60% entre 50 e 59 anos. Enquanto as mulheres apresentam 20% abaixo dos 40 anos, 60% entre 49 e 40 anos e os 20% restantes acima de 49 anos.

**Figura 7:** Porcentagem da idade dos casais das famílias entrevistadas no núcleo familiar da Capoeirinha.

## Idade dos casais



Fonte: autor

Analisando a composição etária dos casais da comunidade com os dados do Censo 2010 verificamos que os mesmos se encontram na parte intermediária da pirâmide, como pode ser observado na figura 8.

**Figura 8:** Pirâmide etária da população brasileira

### Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade

#### BRASIL - 2010

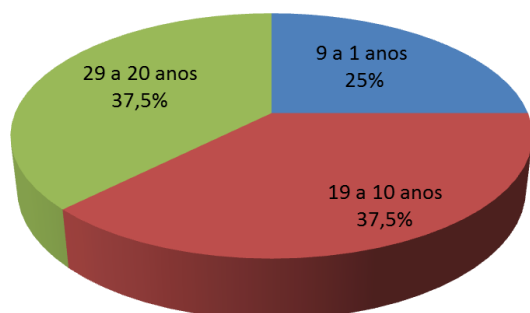
Idade	População	Homens (%)	Mulheres (%)	Total
Mais de 100 anos	7.247	0,0%	0,0%	18.989
95 a 99 anos	31.529	0,0%	0,0%	66.806
90 a 94 anos	114.964	0,1%	0,1%	211.595
85 a 89 anos	310.759	0,2%	0,3%	508.724
80 a 84 anos	668.623	0,4%	0,5%	998.349
75 a 79 anos	1.090.518	0,6%	0,8%	1.472.930
70 a 74 anos	1.687.373	0,9%	1,1%	2.074.264
65 a 69 anos	2.224.065	1,2%	1,4%	2.616.745
60 a 64 anos	3.041.034	1,6%	1,8%	3.468.085
55 a 59 anos	3.902.344	2,0%	2,3%	4.373.875
50 a 54 anos	4.834.995	2,5%	2,8%	5.305.407
45 a 49 anos	5.692.013	3,0%	3,2%	6.141.338
40 a 44 anos	6.320.570	3,3%	3,5%	6.688.797
35 a 39 anos	6.766.665	3,5%	3,7%	7.121.916
30 a 34 anos	7.717.657	4,0%	4,2%	8.026.855
25 a 29 anos	8.460.995	4,4%	4,5%	8.643.418
20 a 24 anos	8.630.227	4,5%	4,5%	8.614.963
15 a 19 anos	8.558.868	4,5%	4,4%	8.432.002
10 a 14 anos	8.725.413	4,6%	4,4%	8.441.348
5 a 9 anos	7.624.144	4,0%	3,9%	7.345.231
0 a 4 anos	7.016.987	3,7%	3,6%	6.779.172

Fonte: IBGE

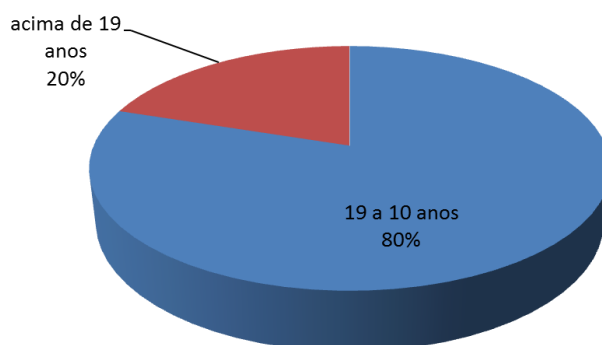
A idade dos filhos sucessores masculinos apresentam de 1 a 9 anos 25%, de 10 a 19 anos 37,5% e de 20 a 29 anos 37,5%. O gênero feminino tem uma composição mais jovial que os sucessores masculinos com 80% de 10 a 19 anos e os 20% restantes acima dos 19 anos (Figura 9).

**Figura 9:** Idade dos sucessores das famílias entrevistadas no núcleo familiar da Capoeirinha.

### Idade dos sucessores masculinos



### Idade dos sucessores femininos

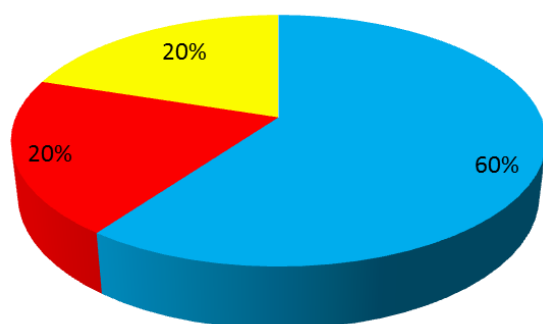


Fonte: autor

Fica demonstrado que entre os homens da comunidade 60% possuem Ensino Fundamental enquanto 20% o Ensino Médio e outros 20% Ensino Superior. As mulheres ficam na equivalência com os homens nesse aspecto da escolaridade (Figura 10).

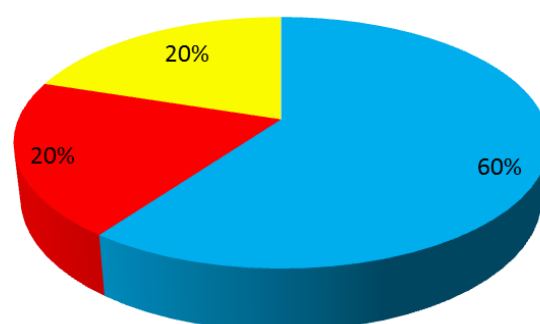
**Figura 10:** Porcentagem do grau de escolaridade dos casais das famílias entrevistadas no núcleo familiar da Capoeirinha.

## Grau de escolaridade dos casais



**Homem**

■ Ensino Fundamental  
 ■ Ensino Médio  
 ■ Ensino Superior



**Mulher**

■ Ensino Fundamental  
 ■ Ensino Médio  
 ■ Ensino Superior

Fonte: autor

A predominância de grau de escolaridade da maioria dos gêneros indica uma tendência analisada pelo IBGE no Censo 2010 mostrava que quase a metade da população com 25 anos ou mais não tem o ensino fundamental completo 49,25% em que o percentual representa 54,5 milhões de habitantes.

Quando tratamos dos números na zona rural a diferença é ainda maior onde 79,6% não terminaram o ensino fundamental.

## **8 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Até o momento este trabalho tenta demonstrar se a permanência dos filhos na propriedade é uma tendência no caso da Comunidade da Capoeirinha em Campos Gerais MG.

No que tange à pesquisa, procurou-se entrevistar 5 proprietários de núcleo familiar da comunidade da Capoeirinha, priorizando na medida do possível a entrevista com o casal

O trabalho visa saber se há a preocupação de ter a continuidade sucessória no campo devido a últimos levantamentos do Censo haver uma diminuição significativa da população rural se deslocando para as cidades.

É preciso acentuar que na Comunidade da Capoeirinha houve muitas mudanças no dia a dia do campo devido á grande expansão econômica e introdução de modos capitalistas, mas tem muitas formas de convívio em comunidade como trabalho em mutirão se sobressaem criando uma resistência contra esse fim inevitável.

Para Cândido ( 1979 p.17)

“conhecer os meios de vida num agrupamento de caipiras: quais são, como se obtém, de que maneira se ligam à vida social, como se refletem as formas de organização e as de ajustes ao meio [...]aquelas recorrem à descrição, atém-se aos detalhes e às pessoas , a fim de integrá-los numa visão que abranja , em princípio , todos os aspectos da cultura “.

E necessário ressaltar que todos entrevistados contaram que as condições de vida hoje é bem mais fácil como antigamente em uma família entrevistada o marido chegou a falar que o maquinário disponível hoje em dia é bem mais fácil o trabalho do que antigamente quando tinham que pegar no “cabo da lacraia” referindo-se a enxada.

Como é de se observar a respeito de planos sucessórios para a continuidade na atividade foi por unanimidade que os agricultores se preocupam que os filhos continuem na atividade, mas o assunto é tratado como se fosse um tabu, devido apresentarem um grande medo de morrer como demonstram nas respostas.

Convém observar tanto núcleos familiares com filhos e filhas os casais não apresentaram preferencia de um ou de outro para a continuidade na propriedade.

Simplesmente o único pedido que fizeram aos filhos é que não vendessem de forma nenhuma a propriedade devido ao grande valor emocional que tem.

Em um núcleo familiar compostos por dois filhos aconteceu uma curiosidade de nenhum dos dois filhos apresentarem interesse na continuidade na propriedade. Diante dessa situação o pai deles teve que falar sussurrando, pois segundo ele os filhos não podem ficar sabendo devido a não ter interesse em continuar na propriedade e não gosta que o pai comente isso com os outros.

Fonseca (2000 p.43) referendava esse tipo de episódio da seguinte forma:

Atacar, pela fofoca, os atributos de um e de outro é atentar contra o que há de mais íntimo do indivíduo, a imagem de que ele faz de si. É como se as palavras que atingem a imagem pública de uma pessoa tivessem a força mágica de feri-la fisicamente.

Diante dessas considerações mesmo em que a composição de idade e nível educacional dos sucessores seja bastante diversificados, alguns já até assumiram o controle de algumas formas produtivas até então não houve disputas entre os sucessores e nem mesmo a preferência de algum dos filhos para continuarem na atividade. A única preocupação evidente nos pais é com relação ao possível casamento dos sucessores em que segundo eles podem ser intensamente influenciados pelos seus cônjuges.

Os próximos passos do trabalho será de coleta de dados da Comunidade dos Dois Paus em Campos Gerais MG analisando os seus aspectos de composição familiar, gênero dos sucessores, idade dos casais e sua escolaridade verificando a tendência ou não da sucessão entre os descendentes como também entrevista com extensionista da EMATER para saber qual o tipo de apoio dado a essas duas comunidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Estudos Rurais. São Paulo/ Campinas: Editoria Hucitec/Anpocs, 1992.

ABRAMOVAY, R. et al. **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar**. Revista de Economia Agrícola, volume 50, número 1, 2003 ISSN 1678-8311.

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural** Cadernos de Ciência & Tecnologia – Vol. 15, no 1:132-152, jan/abr. 1998.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.



ALTAFIN, I. 2007. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ALVES, Eliseu. **Migração Rural-urbana, agricultura familiar e novas tecnologias**. In **Embrapa informação tecnológica**. Brasília, DF, 2006, p.7-176.

BRUMER , Anita; ROSAS, Eduardo Nunes L.; WEISHEIMER, Nilson. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar. In: Congresso da International Rural Sociology Association (Irsa), 10, Rio de Janeiro, 2000.

BRUMER , Anita; SEVILLA , Gabriela Garcia; LOPES , Milena Nunes. A inserção de mulheres jovens na agricultura familiar no extremo sul do Brasil. In: XI World Congress of Rural Sociology, Trondheim, Norway, julho de 2004.

BUAINAIN, A. M.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. **Sete teses sobre o mundo rural**. Revista de Política Agrícola, Brasília, DF, ano 22, n. 2, p. 105-121, abr./jun. 2013.

BURTON, R.; WALFORD, N. Multiple succession and land division on family in the South East of England: A counterbalance to agricultural concentration?. Journal of Rural Studies, Londres, v. 21, p. 335-347, 2005.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida. 5ª Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CARNEIRO, MARIA JOSÉ. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2001, vol.9, n.1, pp. 22-55. ISSN 1805-9584.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no horizonte dos jovens. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al.(Org.)Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 97-117.

Carneiro, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril 1997: 70-82.

CHEMIN Beatris Francisca; AHLERT Lucilda. **Estudo e Debate**. Lajeado, v. 17, n. 1, p. 50-52, Jan. 2010.

COMASSETTO, L. R. **A comunicação como fator para a sucessão e transformação na agricultura familiar**. Esferas.V. 1. p. 111-119, 2012.

DE MERA, C.M.P. ; NETTO C.G.A.M. 2014, “ **Envelhecimento dos produtores no meio rural na região do Alto Jacuí/ RS e consequente migração para cidade**”, Estd. Interdiscipl. envelhec., Porto Alegre, v.19, n.3, p.759-774, 2014.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. **O fim do êxodo rural?**. In: Encontro Nacional de Economia Política, 6., 2001, São Paulo. Anais... São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2001. (CD ROM – Mesa 25: Transformações no campo brasileiro).

DUQUÉ, Ghislaine; SOUSA, Emilene Leite de. De geração a geração: um estudo sobre a disposição dos jovens em assumirem o trabalho agrícola, UFPB. In: VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (Alasru), Porto Alegre, novembro de 2002.

FONSECA, C. **Família, Fofoca e Honra**. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GASSON, Ruth e ERRINGTON, Andrew - **The farm family business** - Wallingford, Cab International, 1993, 290 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <[http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm\\_urb\\_rur.php?codigo=311160](http://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_urb_rur.php?codigo=311160)> .Acesso em: 30 ago. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
Disponível em: <[http://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_estatisticas.htm](http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm)>  
Acesso em: 30 ago. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40)>  
Acesso em: 26 set. 2015.

IMA- Instituto Mineiro de Agropecuária.  
Disponível em: <<http://www.ima.mg.gov.br/certificacao/cafe>>.  
Acesso em: 03 out. 2015.

JUCHEM, Dionise M. et al. **Principais problemas enfrentados na hora da sucessão na propriedade rural: evidências empíricas**. Disponível em:  
<http://www.ead.fea.usp.br/semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/92.pdf>. acesso em :02/11/2015

LEFORT J.P. **A Diocese da Campanha**, 1989.

LESSA, C. M. **Riscos na sucessão em empresas familiares**.  
Disponível em: Acesso em: <[http://www.jps.com.br/artigos/familiar\\_port.pdf](http://www.jps.com.br/artigos/familiar_port.pdf)>.  
Acesso em: 02 nov. 2015.

LODI, J.B. **A empresa familiar**. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

LONGENECKER, J, G; MOORE, C.W; PETTY, J.W. Administração de pequenas empresas. Trad. Maria Lúcia G. L. Rosa e Sidney Stancatti. São Paulo: Makron, 1997.

KAGEYAMA, Â. e BERGAMASCO, S. M. P. *Novos dados sobre a produção familiar no campo*. XXVII Congresso da SOBER. Piracicaba, 1989.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário.  
Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/cr%C3%A9dito-para-agricultura-familiar-possibilita-perman%C3%Aancia-de-jovem-no-campo>>.  
Acesso em 04 out. 2015.

SINDICAFÉ- Sindicato da Indústria de Café de Minas Gerais.  
Disponível em: <<http://www.sindicafe-mg.com.br/plus/modulos/conteudo/?tac=tipos-de-cafe>>  
Acesso em: 26 set. 2015.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza M. (2014), “**A Agricultura Familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente**”, REN - Revista Econômica do Banco do Nordeste, Fortaleza, v. 45, p. 6-17, 2014 (suplemento especial).

ONU- Organização das Nações Unidas

Disponível em: < <http://www.unric.org/pt/actualidade/31919-onu-projeta-que-populacao-mundial-chegue-aos-85-mil-milhoes-em-2030>>.

Acesso em 23 mai. 2016

BRASIL- Portal Brasil

Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro> >.

Acesso:15 mai. 2016

SECRETARIA DE AGRICULTURA. **Programa Sistema de Realidade Municipal**. Emater/MG, 2004.

SILVESTRO, Milton Luiz; ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.); MELLO, Márcio Antonio; DORIGON, Clovis V.; BALDISSERA, Ivan Tadeu. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. 120 p.

SIQUEIRA , Luiza Helena Schwantz de. As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SPANEVERELLO, R.M. 2008. **A Situação das Filhas na Transmissão do Patrimônio da Agricultura Familiar**. Proceedings Fazendo Gênero 8, Florianópolis, 25-28 August, 1-7.

TEDESCO, J.C. **Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural**. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

TEIXEIRA , Vanessa Lopes. Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

WEISHEIMER, Nilson **REVISTAELETRONICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**. DESIDADES ISSN2318-9282, dezembro 2013, acesso em 02/11/2015.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

**APÊNDICE 1: Questionário semi estruturado guia para as entrevistas com os proprietários rurais.**

**Identificação dos Proprietários (casal)**

Nome: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_

**BLOCO I**

**CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES**

1) Idade: H: \_\_\_\_\_ M: \_\_\_\_\_

2) Aposentado (A):

***Homem***

Sim ( ) Tipo de Aposentadoria: \_\_\_\_\_

Não ( ) O que falta: \_\_\_\_\_

***Mulher***

Sim ( ) Tipo de Aposentadoria: \_\_\_\_\_

Não ( ) O que falta: \_\_\_\_\_

3) Como obteve a propriedade:

( ) herança

( ) parte por herança, parte por aquisição

( ) posse

( ) outros. Qual? \_\_\_\_\_

4) Possui alguma outra propriedade?

( ) Sim Qual: \_\_\_\_\_

( ) Não

5) Composição da família: (começando pelo chefe da família)

Nome	Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade	Residência	Ocupação

6) Possui filhos sucessores? ( ) Sim ( ) Não

\_\_\_\_\_

7) Qual o sistema produtivo da propriedade?

*Produção comercial:* \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

*Autoconsumo:* \_\_\_\_\_

- 8) Como é o acesso a água na propriedade?

\_\_\_\_\_

## **Bloco II**

### **Continuidade na atividade agrícola**

- 1) Qual sua perspectiva para a continuidade da vida no campo?

\_\_\_\_\_

- 2) A situação do agricultor atualmente é mais favorável do que no passado?

\_\_\_\_\_

- 3) Houve estímulos por parte do casal da permanência dos filhos na propriedade?  
Influenciaram algum filho a trocar de atividade?

\_\_\_\_\_

- 4) Foi feito algum tipo de estímulo para os (as) filhos(as) terem interesse em permanecer na propriedade?

\_\_\_\_\_

## **Bloco III**

### ***Transmissão patrimonial (sucessores)***

- 1) Qual a destinação pretende dar para a propriedade?

\_\_\_\_\_

- 2) Já houve planejamento sobre a transmissão do patrimônio ou ainda não foi definida?

\_\_\_\_\_

- 3) Quando pretende fazer a transmissão do patrimônio?

\_\_\_\_\_

- 4) Há divergências entre os filhos que vocês acreditam serem capazes de inviabilizar futuramente o estabelecimento familiar?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_